

# Acidentes na escola

## os sentimentos das professoras

Júlia Rebello Espíndola  
Talita Amorim Furtado  
Solange Abrocesi  
Tadiana Maria A. Moreira

### Resumo

A ocorrência de acidentes com crianças no espaço escolar é um dos agravos de interesse da saúde coletiva. Acidentes são comuns na infância e os profissionais necessitam estar atentos e preparados para prevenir a ocorrência deste agravo na escola. Em 2007 foi instituído o Programa Saúde na Escola, com finalidade de contribuir para a formação de profissionais e estudantes da rede pública de educação básica, na promoção da saúde e prevenção de agravos. É preciso que a escola incorpore medidas que visem diminuir os acidentes nas suas dependências. Estudo descrito de abordagem qualitativa, que teve como objetivo analisar o conhecimento das professoras do Ensino Fundamental, sobre riscos e cuidados referentes a acidentes comuns na infância no qual utilizou-se um questionário para coleta dos dados. Participaram do estudo 18 professoras e os resultados mostraram que elas identificavam riscos de quedas e agressões. Sentiam insegurança e preocupação, ainda que oito professoras possuíssem alguma qualificação para atender a ocorrência de acidentes. Quanto ao Programa Saúde na Escola, apenas três participantes referiram conhecê-lo, ainda que este esteja implantado na escola onde atuam. Percebeu-se a fragilidade na articulação entre os setores da saúde e da educação, tendo em vista que os enfermeiros deveriam atuar como mentores e líderes de ações integradoras para a promoção da saúde e prevenção dos acidentes no espaço escolar. Cabe assim, ao enfermeiro da unidade básica de saúde realizar um trabalho integrado com os profissionais da escola, a partir da elaboração conjunta de um plano que contemple ações de promoção da saúde, prevenção de doenças e agravos vivenciadas no ambiente escolar.

Palavras-chave: Promoção da saúde na escola. Primeiros socorros. Professores do ensino fundamental. Educação em saúde.

## Introdução

A saúde como conteúdo e serviço integrado nas diversas fases da formação escolar vem sendo um desafio há muito tempo enfrentado, tanto pelo setor da saúde quanto pelo da educação. Visando integrar os serviços de saúde e educação, no ano de 2007 foi instituído, como uma política intersetorial de aproximação entre estes setores, o Programa Saúde na Escola (PSE). O programa tem como princípio “a articulação entre Escola e Atenção Primária à Saúde é a base do Programa Saúde na Escola” (BRASIL, 2007, p. 1).

A saúde e a educação, enquanto áreas distintas, necessitam de formação inicial e contínua para que atendam as demandas da implementação e manutenção das ações previstas no PSE. Uma das ações mais importantes e desafiadoras é o desenvolvimento de estratégias que tem o tema cidadania como eixo estruturante. Diversas atividades podem ser implementadas com o objetivo de preparar as crianças, adolescentes e jovens para que tenham condutas responsáveis; que valorizem sua saúde como uma das estratégias para a manutenção de uma vida com qualidade. Para que se tornem adultos empoderados para lutar pelos seus direitos e enfrentar as iniquidades, dificuldades e vulnerabilidades que possam surgir ao longo de suas vidas.

Quando acontece um acidente na escola os primeiros socorros são primordiais e precisam de ações a serem rapidamente incorporadas pelos profissionais da educação para evitar o agravamento da situação. A escola também necessita incorporar medidas que visem a diminuição da frequência de acidentes nas suas dependências. De acordo com o Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde (DATASUS), sufocação, queimaduras, quedas, intoxicação e acidentes de trânsito são algumas das maiores causas de mortes de crianças de 0 a 14 anos (BRASIL, 2018a). Para o Ministério da Saúde (BRASIL, 2013), os primeiros socorros podem ser exercidos por qualquer pessoa que esteja treinada para atender esta demanda. Confiança, calma e controle são essenciais nestes casos.

Outra importante circunstância que envolve os primeiros socorros é a literacia em saúde, ou seja, as competências cognitivas e sociais que a pessoa desenvolve ao longo da vida, que a possibilitem ter acesso e compreensão das informações que obteve a respeito do tema. Para Mialhe *et al.* (2019, p. 114), “o letramento em saúde é considerado um meio para capacitar os indivíduos a exercerem maior controle sobre sua saúde e todo o conjunto de determinantes pessoais, sociais e ambientais que incidem sobre a saúde”.

Na vida adulta, os conhecimentos sobre primeiros socorros são de grande utilidade, pois podem ser aplicados nos mais diversos meios de convivência. Estes conhecimentos são apreendidos de forma indireta desde os primeiros anos escolares, quando a criança estuda os sistemas relacionados ao corpo humano. Posteriormente, estes conteúdos devem ser complementados com conhecimentos específicos.

Frente a essas questões surgiu a necessidade de responder a seguinte pergunta: que conhecimentos os professores do ensino fundamental possuem sobre os riscos e cuidados referente a acidentes com crianças na escola? O objetivo deste estudo foi analisar o repertório de conhecimentos que os professores de ensino fundamental possuem sobre riscos e cuidados referentes a acidentes comuns na infância.

## Metodologia

Trata-se de um estudo descritivo, que para Gil (2008) tem a finalidade de descrever e estudar características, propriedades ou relações existentes na comunidade, grupo ou realidade de pesquisa. A abordagem adotada é a qualitativa, que busca estudar aspectos que não podem ser quantificados, tendo como foco a compreensão e explicação das dinâmicas sociais. Para Minayo (2014), a pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares trabalhando com o universo de significados, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações.

Cabe destacar que o projeto foi submetido ao Comitê de Ética em Pesquisa da Faculdade Ielusc e teve início após sua aprovação – parecer nº3.330.140. Participaram da pesquisa as professoras que trabalham há mais de um ano em uma escola pública, com graduação em pedagogia, educação física e/ou artes. A identificação delas se deu com a definição da sigla “Prof<sup>a</sup>”, seguida de número cardinal, na ordem sequencial da entrega dos questionários. Foram inicialmente convidadas a participar da pesquisa 20 professoras do Ensino Fundamental, mas foram respondidos e devolvidos 18 questionários.

Previamente ao início da coleta de dados foram realizados dois pré-testes do instrumento com professoras do ensino fundamental não pertencentes ao quadro funcional da escola, com o propósito reformular e melhorar as questões do instrumento, de maneira que pudessem ser compreendidas pelas participantes.

Para a coleta de dados foi utilizado um instrumento de questionário estruturado, entregue as docentes juntamente com a nota explicativa sobre o seu preenchimento. Foram atendidos todos os preceitos da Resolução nº 510/2016 (BRASIL, 2016). Na oportunidade foi entregue uma via do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE.

A pesquisa foi desenvolvida em uma escola estadual, com aulas nos turnos matutinos e vespertinos que possuía um corpo docente de dezenove professoras e um professor, distribuídas em dez turmas de primeiro ao quinto ano do Ensino Fundamental. Na análise dos dados foram utilizadas as três fases da “*Análise Temática*” proposta por Minayo (2013), que é composta por três fases: pré-análise, fase exploratória e de interpretação.

## Resultados e discussões

### Características das Participantes

O interesse inicial deste estudo foi buscar saber quem eram as professoras participantes da pesquisa e quais suas características, apresentadas no quadro a seguir.

Quadro 1: Características pessoais dos professores de uma Escola Estadual (Joinville-2019)

|              |            |    |
|--------------|------------|----|
| Sexo         | Feminino   | 17 |
|              | Masculino  | 1  |
| Faixa Etária | <30 anos   | 1  |
|              | 30-39 anos | 7  |
|              | 40-49 anos | 5  |
|              | 50-59 anos | 4  |
|              | ≥ 60 anos  | 1  |

Fonte: Elaboração das autoras.

Quanto às características das participantes observou-se que a grande maioria era do sexo feminino, com apenas um professor homem. Além de histórica, a constatação do presente estudo de que a educação é um setor predominantemente feminino é corroborada pelos resultados da Pesquisa Internacional sobre Ensino e Aprendizagem (TALIS), em que o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) apresentou, em seu relatório nacional, a preponderância das mulheres na educação. Dos cem mil profissionais abordados, 71% eram do sexo feminino (INEP, 2019).

Em relação à idade houve o predomínio da faixa etária entre 30 a 39 anos, com sete professoras. Apenas uma tinha menos de 30 anos e outra mais de 60 anos. O Censo da Educação Básica, de 2017, mostrou que o perfil das professoras do Brasil, que atuam na educação básica, era formado por 81% mulheres com idade média de 41 anos (BRASIL, 2018b; CARVALHO, 2018). Achados semelhantes também foram encontrados no Inep em 2017, em que a faixa etária mais predominante foi a de jovens entre 30 e 39 anos (INEP, 2019). Muito embora esta seja uma pesquisa qualitativa, com a participação de 18 professoras, constatamos que os resultados encontrados seguem o padrão da pesquisa do INEP.

O próximo quadro apresenta as características profissionais das professoras como área e tempo de atuação na profissão e formação em pós-graduação.

Quadro 2: Características profissionais dos professores de uma Escola Estadual de Joinville no ano de 2019.

|                                      |                                                                      |    |
|--------------------------------------|----------------------------------------------------------------------|----|
| Área de atuação do professor         | - Professor regente                                                  | 07 |
|                                      | - Segundo professor                                                  | 06 |
|                                      | - Professor de educação física                                       | 02 |
|                                      | - Administração escolar                                              | 02 |
|                                      | - Professor de artes                                                 | 01 |
| Tempo de atuação na área da educação | - 1 a 5 anos                                                         | 03 |
|                                      | - 6 a 9 anos                                                         | 05 |
|                                      | - ≥ 10 anos                                                          | 10 |
| Formação em pós-graduação            | - Educação especial                                                  | 06 |
|                                      | - Psicopedagogia                                                     | 03 |
|                                      | - Pedagogia educação infantil e séries iniciais                      | 02 |
|                                      | - Práticas pedagógicas nas séries iniciais                           | 01 |
|                                      | - Pedagogia em séries iniciais/pré-escolar                           | 01 |
|                                      | - Interdisciplinaridade                                              | 01 |
|                                      | - Neuro psicopedagogia clínica e institucional                       | 01 |
|                                      | - Educação infantil com ênfase em gestão, administração e supervisão | 01 |
| - Não possuem especialização         | 02                                                                   |    |

Fonte: Elaboração das autoras.

Constatou-se que três professoras atuavam na área de educação, em um período de até um a cinco anos; cinco de seis a nove anos e dez desenvolviam suas atividades como professoras há mais de dez anos, fato que permite afirmar que possuíam longo tempo experiência no processo educativo e na convivência no ambiente escolar.

Em relação ao local onde exerciam suas atividades na escola, a grande maioria estava em sala de aula e desenvolvia ações didático-educacionais. Duas professoras declararam que também desempenhavam atividades administrativas escolares.

No que tange a especialização, 16 participantes concluíram um curso de pós-graduação *lato sensu*, em diferentes especialidades, mas direcionados a área de educação. Duas participantes não cursaram pós-graduação. De acordo com o Anuário Brasileiro de Educação Básica, publicado pelo Todos pela Educação, os docentes da educação básica têm algum nível de pós-graduação. Observa-se que no período de 2009 a 2019 houve um crescimento na formação em pós-graduação que passou de 24,5% para 41%, um crescimento de 16,5%, dos docentes da educação básica do país. Conforme o micro dados do Censo Escolar do Ministério da Educação, em 2019, havia 907.036 docentes com pós-graduação (BRASIL, 2020).

## Acidentes na escola: os sentimentos das professoras

Sobre os acidentes na infância, quatorze participantes declararam entender que há riscos de acidentes na escola e quatro não identificaram. Entretanto, observa-se que duas participantes entre as quatro que declararam a não existência de riscos, mencionaram a ocorrência de quedas. Tal situação é comprovada no relato da Prof<sup>a</sup> 3: “*A não ser quando correm, aí corre-se o risco de algum acidente. No demais a escola se apresenta segura*”. Já a Prof<sup>a</sup>.4 relata: “*Somente pequenas quedas sem gravidade*”. Entende-se que para algumas professoras as quedas na escola não podem ser consideradas como acidentes, pois são algo inerente a este ambiente e não há risco que poderia ser evitado. Talvez este fato se explique por considerarem que quedas são intrínsecas a infância, portanto, esperadas.

Ainda assim este não é um conceito unânime entre elas. Das participantes que relataram a existência de riscos, as quedas, choques e agressões entre as crianças foram os acidentes mais apontados. A Prof<sup>a</sup>. 2 revelou como fator de acidentes: “*Piso escorregadio. Quando chove molha e as crianças correm, causando as quedas*”. Para a Prof<sup>a</sup>. 9 um dos fatores para a ocorrência de acidentes foram “*lugares com pisos irregulares, não tem espaço para ficar sentado no recreio, correm e acabam caindo e se machucando*”.

O ambiente físico para a realização de atividades físicas, como quadra áspera, falta de rede de proteção no campo de futebol, presença de madeira

e vidros quebrados na quadra de areia, bem como a existência de torneiras para lavagem das mãos de tamanho inapropriado aos alunos, foram mencionados por algumas participantes como fatores de risco de acidentes. Tal fato pode ser observado na resposta da Prof<sup>a</sup>. 5: “*As crianças se penduram para brincar, podendo haver quedas*”. Já a Prof<sup>a</sup>. 14 declarou que em relação a acessibilidade: “*há necessidade de um olhar diferenciado*”. O estudo constatou que a deterioração do ambiente escolar dificulta a acessibilidade e potencializa o risco de acidentes, bem como a falta de atenção aos aspectos ergonômicos também propicia este tipo de agravo.

Carmo *et al.* (2017) em um estudo desenvolvido sobre atitudes dos docentes de educação infantil em situação de acidente escolar, concluíram que a escola é um ambiente propenso a acidentes, sendo que sua maior frequência ocorre nos intervalos e aulas de educação física, pois é neste momento que os alunos correm e brincam. Quanto aos acidentes mais comuns ocorridos nas escolas, corroborando com o presente estudo, Conti e Zanatta (2014) também identificaram as quedas como principal causa. Também foram referidos outros tipos de incidentes tais como desmaios; fraturas em diferentes partes do corpo; crises convulsivas; e, na proximidade da escola, a ocorrência de atropelamentos de alunos.

Em relação à adoção de condutas frente a estes incidentes, a maioria das participantes declararam que chamariam um atendimento especializado como o Serviço Móvel de Urgência (SAMU) ou Bombeiros. Além disso, entrariam imediatamente em contato com uma pessoa da família ou responsável. A Prof<sup>a</sup>. 3 declarou que socorreu a criança que sofreu o acidente “[...] *junto com os demais da instituição, avisando a família e chamando um atendimento especializado*”. Já a Prof<sup>a</sup>. 9 relatou que ao vivenciar acidentes “*nos casos mais graves chamei o SAMU e nos menos graves contato com os pais para buscar o aluno*”. Contatou-se que as professoras adotam as normativas possíveis de primeiros socorros, uma vez que não possuem habilitação profissional para a realização de outras técnicas. No entanto, demonstraram ciência da importância do acionamento do serviço de urgência pré-hospitalar imediato para prevenção do agravamento da situação.

Nas escolas não é permitido a guarda e utilização de medicações ou qualquer tipo de instrumental ou recursos de primeiros socorros. Em situações em que a gravidade do acidente não ofereça riscos à criança as medidas podem ser simples. Quedas com escoriações, contusões e pancadas leves a orientação é adotar condutas comumente utilizadas nestes casos, ou seja, fazer a limpeza do local lesionado com água e sabão e, se necessário, a aplicação de curativo oclusivo simples (curativo adesivo do tipo *Band-Aid*). No

caso das contusões, a orientação e fazer aplicação de gelo como um paliativo para a dor. Na ocorrência de convulsões, a conduta é proteger a cabeça para que não ocorra traumatismo craniano e imediatamente acionar o SAMU.

Para Silva, Reis e Greinert (2016), que estudaram sobre primeiros socorros e prevenção de acidentes, os professores demonstraram pouco conhecimento sobre técnicas intervencionistas, manejo inicial e acionamento de ajuda de urgência, em consonância com os resultados encontrados no presente estudo. Quinze participantes presenciaram a ocorrência de acidentes com as crianças no ambiente escolar e relataram sentir insegurança, nervosismo e preocupação. Declararam que no momento de socorrer um acidente necessitaram do apoio de outras professoras ou da direção, uma vez que não se sentiam capazes de realizar tais procedimentos. Para a Prof<sup>a</sup>.14, *“não ter pessoa qualificada na escola para atendimento em primeiros socorros, gera insegurança. Me sinto incapaz por não possuir na escola uma pessoa especializada para atuar nessas situações”*.

Muito embora não seja atribuição da professora atender e dar os primeiros socorros às crianças que se acidentam no ambiente escolar, observou-se nos depoimentos que elas relacionaram a insegurança com a falta de conhecimentos específicos. Na verdade, estas necessitavam adquirir tal entendimento para realizar os primeiros atendimentos, que, conforme destacado acima, são possíveis de ocorrer no ambiente. Para aqueles casos mais graves, seria importante identificar, dentre os profissionais que atuam na escola, aquele que, por sua própria escolha, seria capaz de prestar primeiros socorros, até que outra pessoa aciona o serviço pré-hospitalar.

Para Galindo Neto *et al.* (2018), além da angústia e preocupação, o professor que presencia e socorre o aluno que se acidenta na escola, também pode ter medo de sofrer agressões por parte da família, devido a possibilidade de ser acusado de negligenciar atenção e cuidado com a segurança da criança no ambiente escolar. Das dezessete participantes da pesquisa, treze informaram não possuir capacitações sobre primeiros socorros, onze não tiveram oportunidade e duas atribuíram a falta de oportunidade em ser treinada à Secretaria Estadual de Educação.

Sete participantes receberam capacitação para o atendimento aos primeiros socorros na escola, dentre elas duas concluíram o curso de brigadista dos bombeiros e outras duas mencionaram ter realizado algum curso oferecido por enfermeiras da Unidade Básica de Saúde do território em que a escola está situada.

Ainda que estas sete professoras tenham informado possuir algum conhecimento sobre o tema, cinco declararam sentir-se inseguras em relação a

condutas a serem adotadas, como responde a Prof<sup>a</sup>.1: “Apesar de ter aprendido sobre primeiros socorros, quando acontece algo fico apreensiva sobre o que fazer, também não temos todos os materiais necessários para os procedimentos”. As participantes 5, 10 e 15 manifestaram que mesmo já tenham participado de cursos de primeiros socorros não se sentiam preparadas para atuar nestas situações, fato que indica que a intersectorialidade poderia ser mais bem aproveitada. Sendo assim, poderia haver melhor integração entre o setor da saúde e o da educação, com a participação efetiva dos profissionais da atenção primária em capacitações continuadas para a promoção da saúde, prevenção de doenças e agravos a saúde, assim como para o atendimento adequado às urgências que podem acontecer no ambiente escolar.

Venâncio (2014), em seu estudo com professores da cidade de Viseu, em Portugal, questionou aos professores sobre seus sentimentos no momento de acidentes com os alunos. Quatro destes sentiam-se parcialmente preparados para medidas simples e dois demonstraram sentimento de ansiedade. Este resultado foi divergente do encontrado em nosso estudo, no qual a maioria relata ser incapaz de atuar nestas situações. Entretanto, as justificativas já mencionadas, e que foram apresentadas pelas participantes do presente estudo, destacam a insegurança, ansiedade e nervosismos. Tal fato nos leva a pensar que provavelmente os professores portugueses estejam mais treinados para lidar com os acidentes na escola.

Conti e Zanatta (2014) defendem que os profissionais da educação precisam minimizar causas e consequências em casos de acidentes, pois são os profissionais mais próximos das crianças, devendo, dessa forma, tomar as primeiras decisões. Porém, é preciso que seja definido os limites deste atendimento na escola. No ambiente escolar, assim como na maioria dos lares brasileiros, nos estabelecimentos comerciais, nos locais de trabalho, nas ruas e nas praças, existem limites na prestação de socorros de urgência. Nestes casos, é possível minimizar o agravamento da situação, com medidas que não são tão complexas. Por exemplo, no caso de quedas evitar a manipulação inadequada da pessoa; e na ocorrência de queimadura lavar local com água corrente e limpa – no mínimo por 15 minutos. Assim, acredita-se que a pessoa que foi preparada desde infância para prestar socorro poderá atuar em qualquer situação simples.

Tal situação não invalida a necessidade de oferta de educação continuada para os profissionais da educação e da sociedade em geral, especialmente pelos órgãos públicos. Incutir uma cultura de promoção da saúde e prevenção de agravos como acidentes é um grande desafio.

## Necessidade da presença de profissional enfermeiro na escola e o Programa Saúde na Escola

A presença de uma profissional de enfermagem dentro das instituições de ensino foi descrita como necessária por quinze professoras, visto que elas acreditam ser necessário prestar atendimento imediato e adoção de condutas corretas na ocorrência de acidentes infantis. A Prof<sup>a</sup>.13 declarou que é importante a incorporação de uma profissional da enfermagem à equipe da escola, pois, dessa forma, *“o professor não precisa assumir um papel para o qual não estudou ou se preparou”*. Esta afirmação é decorrente da *“não oferta de treinamento específico pelo Governo do Estado, que nunca ofereceu capacitações para os professores”*, declara a mesma em outra questão.

É natural que o profissional que sente medo e insegurança para atuar em determinadas situações busque a solução para o seu desconforto em outro profissional que ele julga estar mais bem preparado para aquela finalidade. Entretanto, conforme dito anteriormente, os acidentes que são mais comuns na escola demandam cuidados que todos poderiam atender, não só os professores, bastando ter uma capacitação adequada, conforme manifestado pela professora.

Para a Prof<sup>a</sup>. 3, a presença de um profissional da saúde é importante pois *“[...] esse profissional atuaria não apenas no socorro, como também na prevenção”*. Conforme os participantes, há a necessidade de maiores investimentos em capacitações para quem atua nas escolas. A Prof<sup>a</sup>.8 pontua: *“Profissional de enfermagem não, mas professores capacitados e treinados todos os anos para socorrer e poder atuar de forma correta nas situações que seria necessário”*. Prof<sup>a</sup>. 17 menciona: *“Sempre é interessante e importante termos na escola outros “olhares” e saberes. Não sei se existe a necessidade da permanência efetiva de um profissional ou de mais períodos de formação/informação aos professores”*.

Parece que para estas professoras a intersetorialidade e a interdisciplinaridade defendida como um valor importante para o desenvolvimento do PSE já está clara. É preciso resguardar e potencializar os saberes de cada profissional, sem, no entanto, tirar a possibilidade do desenvolvimento de ações colaborativas entre os dois setores. Cada qual com seus saberes específicos e visando a promoção da saúde de todos os que convivem no ambiente escolar.

As professoras mesmo tendo participado de cursos de primeiros socorros, muitas vezes adotam condutas inadequadas devido à falta de autonomia

e necessidade de capacitação contínua e eficaz. Diante desta situação, cabe aos profissionais de saúde, principalmente as enfermeiras, realizar os treinamentos de forma a tornar esses profissionais aptos e seguros para desempenhar este papel quando necessário (CAMARA *et al.*, 2015).

A discussão sobre a promoção da saúde e a prevenção de doenças e de acidentes na escola são temas que deveriam estar presentes no planejamento anual da escola e contar com a participação do setor saúde, principalmente a figura da enfermeira.

Outro ponto de análise se referiu ao conhecimento das participantes sobre o Programa Saúde na Escola (PSE), instituído pelo Decreto nº 6.286, de 5 de dezembro de 2007, que em seu artigo 1º dispõe:

*Fica instituído, no âmbito dos Ministérios da Educação e da Saúde, o Programa Saúde na Escola - PSE, com finalidade de contribuir para a formação integral dos estudantes da rede pública de educação básica por meio de ações de prevenção, promoção e atenção à saúde. (BRASIL, 2007, seção 1, p. 2).*

O Artigo 2º do referido Decreto apresenta dois objetivos: auxiliar no enfrentamento das fragilidades relacionadas a saúde que possam interferir no desenvolvimento escolar e promover um elo entre as unidades de saúde e escolas, realizando assim a troca de informações sobre a saúde dos estudantes (BRASIL, 2007).

Apenas três participantes desta pesquisa relataram conhecer o PSE, tal como responde a Prof<sup>a</sup>.18: “*Já ouvi falar, mas infelizmente esses projetos não funcionam nas escolas*”. De acordo com a Prof<sup>a</sup>.17, “*é um programa do governo federal que articula e integra educação e saúde. Atualmente nossa escola está, em parceria com a Unidade Básica de Saúde do bairro, recebendo ações ligadas ao PSE, visando a promoção, prevenção e atenção à saúde*”. Embora a professora 17 tenha definido adequadamente um dos objetivos do Programa, não significa que este estava em pleno desenvolvimento naquela escola e que os demais professores que não reconheceram as ações estavam desinformados. Cabe ressaltar que a participante 17, no momento da pesquisa, fazia parte da administração da escola, cargo que, provavelmente, lhe atribuía a função de articuladora das ações entre a escola e a unidade básica de saúde do território.

O PSE visa a integração dos Ministérios da Saúde e da Educação que procura incentivar e aumentar as ações em saúde no contexto escolar.

Tem como papel o desenvolvimento de ações para capacitar os profissionais da educação para atuar na prevenção de acidentes no ambiente escolar. O Ministério da Saúde propõe que os trabalhadores do ambiente escolar saibam como prestar os primeiros socorros, devendo assim as ações educativas pertinentes ao tema serem realizadas com os professores (BRASIL 2015; CARMO *et al.*, 2017).

## Considerações

Na instituição de ensino em que foi desenvolvida a pesquisa constatou-se que muitas professoras perceberam a existência de riscos de acidentes com os escolares. Mesmo aquelas que afirmaram não existir tais riscos, relataram que já vivenciaram algum tipo de acidente no local.

O sentimento dominante na ocorrência de acidentes foi a insegurança, pela falta de conhecimento da conduta correta a ser adotada, mesmo para aquelas que tinham noções sobre primeiros socorros. Diante deste sentimento algumas professoras acreditaram que a situação seria resolvida com a presença permanente na escola de um profissional da saúde. Entretanto, sabe-se que em épocas passadas esta experiência já foi feita com o antigo “Programa Saúde Escolar” que, por ser pouco resolutivo, não se efetivou. Deste modo esta é a continuidade da discussão do tema saúde na escola, que há anos vem sendo realizada pelos órgãos governamentais. O PSE é mais uma tentativa de acertar nesta parceria tão necessária entre os setores educação e saúde.

Uma das metas do PSE é articular os setores da Saúde e da Educação para promover um ambiente favorável ao ensino, aprendizagem e a saúde de todos que convivem no ambiente escolar, levando em consideração que essas pessoas passam grande parte de seu dia nas escolas. Assim, cabe ao enfermeiro da unidade básica de saúde realizar um trabalho integrado com os profissionais da escola, a partir da elaboração conjunta de um plano que contemple ações de promoção da saúde, prevenção de doenças e agravos vivenciadas no ambiente escolar.

Para finalizar, é preciso ressaltar que, mesmo diante de seus limites, as reflexões resultantes deste estudo nos permitem afirmar que, a partir da incorporação da discussão sobre o letramento em saúde, os primeiros socorros podem se tornar uma ação efetiva de cidadania na escola. Para tanto, é necessário aplicar os objetivos da integração entre a saúde e a educação, como uma importante diretriz para a saúde de todos os que convivem no ambiente escolar.

## Referências

BRASIL. Presidência da República. **Decreto nº 6.286, de 5 de dezembro de 2007**. Institui o Programa Saúde na Escola. Brasília: Casa Civil, 06 dez. 2007. Disponível em: <https://bit.ly/3nRFkVf>. Acesso em: 3 nov. 2019.

BRASIL. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. Diretoria de Pesquisas Coordenação de População e Indicadores Sociais. **Pesquisa Nacional de Saúde Escolar: 2012**. Rio de Janeiro 2013. Disponível em: <https://portalarquivos.saude.gov.br/images/pdf/2014/dezembro/09/PeNSE-2012.pdf>. Acesso em: 10 out. 2019.

BRASIL, Ministério da Saúde e Ministério da Educação. **Caderno do Gestor do PSE**. Brasília: Ministério da Saúde - Ministério da Educação, 2015. Disponível em: <https://bit.ly/3wdB8Ko>. Acesso em: 5 nov. 2019.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Resolução nº 510, de 07 de abril de 2016**. Dispõe sobre pesquisa envolvendo seres humanos e dá outras providências. Disponível em: <https://bit.ly/2Y3DtdE>. Acesso em: 05 abr. 2020

BRASIL, Ministério da Saúde. Departamento de Informática do SUS. **DATASUS**, 2018a. Disponível em: <https://bit.ly/2ZMy3Va>. Acesso em: 6 nov. 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. Censo - Matrículas e Infraestrutura. **QEdu**, 2018b. Disponível em: <https://bit.ly/3bvR2FT>. Acesso em: 06 set. 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. **Plano Nacional de Educação**. Anuário Brasileiro de Educação. Professores – Formação. Brasília, 2020. Disponível em: <https://www.moderna.com.br/anuario-educacao-basica/2020/professores-formacao>. Acesso em: 04 jul. 2021.

CAMARA, R. F. *et al.* O Papel do Enfermeiro na Classificação de Risco. **Revista Humano ser - UNIFACEX**, Natal, 2015. 99 - 114.

CARMO, H. D. O. *et al.* Atitudes dos docentes de educação infantil em situação de acidente escolar. **RECOM - Revista de Enfermagem do Centro-Oeste Mineiro**, Umuarama, 2017. Disponível em: <https://bit.ly/3CASYZR>. Acesso em: 20 ago. 2019.

CARVALHO, M. R. V. D. Perfil do Professor da Educação Básica. **INEP**, Brasília, 2018. Disponível em: <https://bit.ly/3BB7T4A>. Acesso em: 10 out. 2019.

CONTI, K. L. M. D.; ZANATTA, S. C. Acidentes no ambiente escolar – Uma discussão necessária. **Os Desafios da Escola Pública Paranaense na Perspectiva do Professor PDE 2014**, Irati, 2014. Disponível em: <https://bit.ly/3CEusGY>. Acesso em: 5 set. 2019.

GALINDO NETO NM; CARVALHO, GCN; CASTRO, RCMB, CAETANO, JÁ; SANTOS ECB; SILVA, TM, et al. Vivências de professores acerca dos primeiros socorros na escola. **Rev Bras Enferm**. 2018;71(supl 4):1775-82.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **Relatório Nacional: Pesquisa Internacional de sobre Ensino e Aprendizagem: TALIS**. 2018. Brasília: INEP, 2019. Disponível em: <https://bit.ly/3nMBaED>. Acesso em: 06 jul. 2021.

MINAYO, M. C. D. S. **O desafio do conhecimento**. 13. ed., São Paulo: HUCITEC, 2014.

MIALHE, Fábio Luiz; MORAES, Katarinne Lima; BRASIL, Virginia Visconde; SAMPAIO, Helena Alves de Caralho. Letramento em saúde e Promoção da Saúde. In: PELICIONI, Maria Cecília Focesi; MIALHE, Fábio Luiz. **Educação e promoção da saúde: teoria e prática**. 2.ed. Rio de Janeiro: Santos, 2019.

SANTA CATARINA. Secretaria de Estado de Educação. **Etapas e Modalidade de Ensino - Ensino Médio - Educação Especial**. Governo de Santa Catarina. Secretaria de Estado da Educação, 2019. Disponível em: <https://bit.ly/3bvWYb>. Acesso em: 15 out. 2019.

SILVA, A. L. D.; REIS, E. C. D.; GREINERT, B. R. M. Atuação do Enfermeiro na Promoção da Saúde Escolar. **UNISC**, Santa Cruz do Sul, 2016. Disponível em: <https://bit.ly/3nKTI7y>. Acesso em: 3 nov. 2019.

VENÂNCIO, M. A. V. D. Prevalência dos acidentes em espaço escolar e percepção dos agentes educativos. **Repositório - Escola Superior de Saúde de Viseu**, Viseu, mar. 2014. Disponível em: <https://bit.ly/3CFkcOP>. Acesso em: 3 nov. 2019.

### Sobre as autoras

**Julia Rebello Espíndola.** Graduada em enfermagem pela Faculdade Ielusc.

**Talita Amorim Furtado.** Graduada em enfermagem pela Faculdade Ielusc.

**Solange Abrocesi:** Mestre e doutora pela Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo. Professora titular do curso de graduação em Enfermagem da Faculdade Ielusc.

**Tadiana Maria Alves Moreira:** Mestre e doutora pela Escola Nacional de Saúde Pública da Fundação Oswaldo Cruz. Professora titular do curso de graduação em Enfermagem da Faculdade Ielusc. Orientadora do TCC.